



O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: 11849/2025

Validade: 31/07/2025

Nome civil:
JOSÉ NUNES DE FARIAS

CPF:
435.648.102-00

Carteira - CREA-PR Nº:
AM-11447/D

Documento de Identidade:
10432043

Registro Nacional:
400708680

Órgão emissor:
SSP-AM/AM

Registrado(a) desde:
15/09/2006

Filiação:
PAI: FRANCISCO NUNES DE FARIAS
MÃE: JULIETA JANUARIO DE FARIAS

Naturalidade:
SAO MIGUEL/RN

Encontra-se quite com o exercício 2025.

Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

TÍTULOS

Título: ENGENHEIRO ELETRICISTA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Data da Colação de Grau: 25/08/2006 - Diplomação: 25/08/2006

Situação: Regular

Atribuições profissionais:

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 8º de 29/06/1973

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 9º de 29/06/1973

Título: ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Data da Colação de Grau: 11/10/2017 - Diplomação: 11/10/2017

Situação: Regular

Atribuições profissionais:

Resolução do Confea N.º 359/1991 - Art. 4º de 31/07/1991

RESPONSABILIDADE TÉCNICA/QUADRO TÉCNICO:

J. F. ALVES DE MORAIS LTDA

CNPJ: 46538607000120

Desde: 30/01/2025 Carga Horária: 6h

Para fins de: Comprovação junto a órgãos públicos



Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 34982/2025, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Emitida via Internet em 30/01/2025 16:32:00

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.